

# Análise da distribuição do Bolsa Família: um programa de governo ou de estado?

## *Analysis of Bolsa Família program distribution: a government or state program?*

### RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo identificar se o Programa Bolsa Família (PBF) tem características de um programa de governo ou de estado, ou seja, se os recursos realmente são aplicados nas regiões com maior necessidade de distribuição de renda ou se há alguma influência política que afete significativamente a alocação dos recursos destinados aos estados. A pesquisa é classificada como descritiva, com procedimentos documentais e abordagem quantitativa de análise. Os dados foram coletados no Portal da Transparência, sendo feitos testes estatísticos de análise de regressão simples e múltipla para verificar a correlação entre a distribuição dos recursos do Programa Bolsa Família com os índices IDH e PIB e com a coligação partidária do ano analisado. Os resultados apontam que, ao nível de significância de 5%, o IDH e o PIB são determinantes na distribuição dos recursos do PBF e, concomitantemente, o modelo indica uma possibilidade de ingerência política. No entanto, após refeitas as análises, quando excluído o Distrito Federal, um *outlier* no estudo, observou-se melhor ajustamento do modelo estatístico e significância apenas para as variáveis IDH e PIB. Desta forma, conclui-se, com base nos achados da pesquisa, que o Bolsa Família se configura como um programa de estado.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família. Orçamento Público. Programa de Governo ou Estado.

### ABSTRACT:

*This study aims to identify if the distribution of Bolsa Familia program (BFP) has characteristics of a government or state program, that is, if resources are actually applied in the areas most in need of income distribution or if there is some political influence in this distribution that significantly affects the resources allocated to the Brazilian states. The research is classified as descriptive, with documentary procedures and quantitative analysis approach. Data were collected in the Transparency Portal and performed statistical tests of simple and multiple regression analysis to verify the correlation between the distribution of Bolsa Familia Program, with the HDI and GDP indices and the party coalition of the reporting year. The results indicate that using the level of significance of 5%, the HDI and GDP are crucial in BFP resource distribution and concomitantly, the model indicates a possibility of political interference. However, after the analysis redone when excluding Federal District, an outlier in the study, there was a better adjustment of the statistical model and significance only to the HDI variables and GDP. Thus, it is concluded based on research findings that Bolsa Familia is configured as a state program.*

**Keywords:** Bolsa Familia Program. Public Budget. State or Government Program.

**Kellen Gomes de Souza Almeida Padrones**  
Mestre em Ciências Contábeis pela UERJ e Contador da Universidade de Brasília (UNB). Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília, CEP 70910-900, Asa Norte, Brasília (DF). E-mail: [kpadrone@hotmail.com](mailto:kpadrone@hotmail.com).

**Waldir Jorge Ladeira dos Santos**  
Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ e Professor Adjunto da Faculdade de Administração e Finanças FAF/ UERJ. Professor adjunto da FACC – UFRJ. Endereço: R. São Francisco Xavier, 524, 8º andar, Bloco B, Sala 8.026, Maracanã, Rio de Janeiro (RJ), CEP. 20550-900. E-mail: [wcladeira@uol.com.br](mailto:wcladeira@uol.com.br).

**José Francisco Moreira Pessanha**  
Doutor em Engenharia Elétrica pela PUC RJ e Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, Pavilhão João Lyra Filho, 6º andar, Bloco B, Sala 6019, Maracanã, Rio de Janeiro (RJ), CEP. 20550.900. E-mail: [professorjfmpp@hotmail.com](mailto:professorjfmpp@hotmail.com).

**Viviane Miranda Silva do Nascimento**  
Mestre em Ciências Contábeis pela UERJ e Analista de Controle Interno – Auditoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Endereço: Av. Presidente Vargas, 670, Rio de Janeiro (RJ), CEP. 20071-001. E-mail: [vmsmiranda@yahoo.com.br](mailto:vmsmiranda@yahoo.com.br).

**Ana Carolina Vasconcelos Colares**  
Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora assistente do Departamento de Ciências Contábeis da PUC Minas. Endereço: Rua Walter Ianni, 255, São Gabriel, Belo Horizonte – MG, CEP. 31.980-110. E-mail: [carolinacolares@pucminas.br](mailto:carolinacolares@pucminas.br).

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, entre as políticas públicas adotadas no Brasil identifica-se a existência de diversos programas assistenciais que procuram minimizar as diferenças sociais e buscam contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária. Dos diversos programas existentes têm sido alvo de discussões aqueles que se propõem a transferir renda para parcela da população considerada mais pobre, e em meio a esses debates adquiriu espaço o Programa Bolsa Família (PBF), sendo que a escolha deste se justifica pelo fato de ser visto como importante fator de redução da pobreza e da desigualdade (IPEA, 2006).

O PBF foi criado pelo Governo Federal para dar apoio às famílias pobres na garantia do direito à alimentação, saúde e educação e consiste na transferência de renda mensal do Governo Federal às famílias cadastradas que se encontram dentro dos critérios de inclusão (BRASIL, 2012). Foi implantado pela União em 2003, e experiências locais semelhantes antecederam a adoção pelo Poder Executivo Federal, que tem dado ênfase à gestão compartilhada envolvendo os três níveis de governo.

O formato de uma dada política ou programa social é resultante de um complexo processo de intermediação de interesses, representados sob as mais variadas formas organizacionais e com diferentes graus de poder de influência na agenda governamental. Expressa, desse modo, uma opção política, construída sob certas condições materiais, a partir dos embates e alianças forjados por atores sociais diversos com capacidades também distintas de interferência no processo decisório de formulação de políticas públicas. (Senna *et al.*, 2007).

Silva (2006; 2007) explica que os agentes procurarão obter o máximo de renda possível, respeitando ou não as regras de conduta econômica e social, e essa ação pode implicar transferências dentro da sociedade, via monopólios e diversas formas de privilégios. A atividade ligada à busca dessa renda é chamada caçadora de renda e os agentes que a praticam são denominados caçadores de renda (*rente-seeking*).

Desse modo, o que se pretende investigar é se os agentes políticos têm direcionado o PBF para caçarem rendas e tornar a utilização do programa uma política de governo, ou em hipótese alternativa, o PBF configura-se como uma política de estado que prioriza as reais necessidades da sociedade? A primeira suposição, neste artigo, refere-se ao direcionamento de recursos do programa, por intermédio da concessão de maiores volumes de recursos pela União aos demais níveis de governo, às regiões mais populosas e àquelas em que haja predominância do partido da Presidência da República nos governos regionais e locais, a fim de estimular o clientelismo e populismo na intenção de beneficiar potenciais eleitores e ganhar mais votos, configurando assim resquícios de uma administração patrimonialista. Com base nesse questionamento, o objetivo do estudo é identificar se a distribuição do Bolsa Família tem características de um programa de governo ou de estado, no ano de 2010, ou seja, se os recursos realmente são aplicados nas regiões com maior necessidade de distribuição de renda ou se há alguma influência política nesta distribuição que afete significativamente os recursos destinados aos estados. Esta análise aborda ainda a Teoria da Escolha Pública, visando analisar a relação do PBF como programa de governo.

A hipótese alternativa consiste no fato de o governo adotar critérios técnicos para distribuição da renda, que aqui é considerada a utilização de índices para avaliar as regiões que possuem maiores necessidades e assim receberiam maiores recursos, e utilizar o PBF para atender as regiões com a população mais carente desses recursos.

O resultado da pesquisa contribuirá para identificar se a distribuição do PBF é um programa de governo ou de estado durante o período analisado, evidenciando as regiões mais carentes e as que mais receberam tais recursos.

O artigo está dividido em cinco partes, incluindo esta introdução. A segunda seção trata do referencial teórico sobre os programas de governo e de estado e o Bolsa Família; a terceira parte aborda a metodologia adotada no estudo; o resultado da pesquisa é apresentado na quarta seção; e, por último, a conclusão e considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo aborda definições de programa de Governo e de Estado com base nas relações com a Teoria da Escolha Pública, bem como os estudos empíricos que analisaram efeitos do Bolsa Família nos resultados eleitorais. Além disso, esta revisão se dedica a abordar o histórico do PBF, bem como programas precursores desta linha de política social, e as pesquisas anteriores sobre o tema.

### 2.1 Programas de Governo ou de Estado

Por definição, programa de estado se refere às atividades contínuas que atendem às necessidades da sociedade, independentemente do gestor público daquele período. Já o programa de governo representa interesses pontuais do gestor público, podendo mudar a qualquer momento, sem precisar de motivação lógica para explicar a decisão tomada. Essa visão de programa de governo converge com a Teoria da Escolha Pública.

Pereira (1997) define a teoria da escolha pública como “aplicação do método econômico a problemas que geralmente são estudados no âmbito da ciência política: grupos de interesses, sistemas eleitorais, partidos políticos e a constituição entre outros”.

Para Souza (2006), esta teoria no processo decisório sobre políticas públicas resulta apenas de barganhas negocia-

das entre indivíduos que perseguem seu autointeresse.

De acordo com Vicente e Nascimento (2012), a concepção moderna da Teoria da Escolha Pública deu origem a duas linhas principais de investigação: a teoria dos ciclos político-econômicos (*political business cycles*) e a teoria dos ciclos político-orçamentários (*political budget cycles*). A premissa central da teoria dos ciclos políticos aborda o argumento de que a atividade econômica apresenta uma tendência cíclica em anos eleitorais que não pode ser atribuída simplesmente a fatores aleatórios, nem tampouco ser vista puramente como resultado natural do comportamento da economia, pois tais flutuações resultariam de um estímulo pré-eleitoral deliberado da atividade econômica por parte do governo, tendo em vista criar condições favoráveis que lhe garantam bom desempenho eleitoral (FIALHO, 1997).

Uma consequência da abordagem positiva efectuada pela teoria da escolha pública é a de que com vista à maximização dos votos o político tem motivações para manipular as políticas económicas em proveito próprio. Como através da despesa pública se ganham votos e com aumentos visíveis de tributação se perdem votos, há uma tendência para que nos regimes democráticos, por um lado, se produzam orçamentos com défices e, por outro lado, que os políticos se envolvam em ciclos políticos e económicos caracterizados pelo aumento da despesa pública em período pré-eleitoral seguido por tensões inflacionárias e políticas restritivas no período pós-eleitoral (FERREIRA, 2011, p. 26).

Conforme Alburquerque (2006), o governante precisa do eleitor da mesma forma como o fornecedor precisa do consumidor: a fim de se reeleger, o político fornece normas ou medidas de política econômica tais como subsídios, preços mínimos, barreiras à entrada de novos agentes no mercado, que sejam favoráveis aos setores da sociedade que puderem lhe dar apoio político. Nesse sentido, o Programa Bolsa Família (PBF) é discutido neste estudo com vistas a evidenciar se ele se relaciona com a Teoria da Escolha Pública como sendo um programa de governo, ou como um programa de estado, visando unicamente às necessidades sociais.

Com base nessa teoria, a pesquisa busca investigar se as regiões com coligação partidária favorável ao governo foram mais beneficiadas com o programa ou se o governo beneficiou as regiões com IDH e PIB menores, ou seja, as localidades 'menos favorecidas' e que precisariam mais do auxílio governamental. Diferentemente dos trabalhos anteriores, esta pesquisa não tem por objetivo observar a correlação deste resultado com a propaganda eleitoral. Tem como finalidade verificar se, durante a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), a coligação partidária teve influência na tomada de decisão em relação a este programa e a partir daí definir se o Bolsa Família é um programa de governo ou de estado. Para fazer tal análise, utilizamos a regressão múltipla para explicar esse cenário, considerando variáveis dependentes e independentes, conforme o seguinte critério:

- Variável independente = Bolsa Família
- Variável dependente = IDH, PIB e Coligação partidária

## 2.2 O Bolsa Família e seus programas precursores

Alguns estudiosos que buscam compreender os resultados do PBF têm apontado a sua contribuição para redução da pobreza e desigualdades sociais. Por exemplo, Testa, Fronza, Petrini e Prates (2013) analisaram a contribuição do Programa Bolsa Família (PBF) para o enfrentamento da pobreza e uma maior autonomia dos sujeitos beneficiários em bairros de maior vulnerabilidade de Porto Alegre. Os resultados sugerem que o programa tem favorecido a autonomia dos sujeitos no sentido de que colabora para o desenvolvimento de suas capacidades, permitindo superar importantes formas de privação para construir uma vida mais próxima do que almejam e valorizam. Por outro lado, também fica claro que o PBF não é suficiente para garantir a autonomia dos indivíduos. Mesmo recebendo o benefício, muitas famílias são incapazes de superar alguns problemas relacionados à saúde, moradia, trabalho, entre outros que afligem a população mais vulnerável.

A difusão de políticas públicas sociais por intermédio de programas de transferência de renda não é novidade. Ao contrário, tem-se registro de sua ocorrência ainda no século XVIII, na Inglaterra, e desde então eles vêm ressurgindo ao longo dos anos com novas roupagens, na tentativa de garantir a sobrevivência daqueles que se encontram em situação de pobreza.

No Brasil, as origens de tais programas remontam a iniciativas locais, sobretudo no Distrito Federal e em municípios como Vitória (no Espírito Santo), Campinas e Ribeirão Preto (em São Paulo), objetivando combater a pobreza, sobretudo por meio da eliminação do trabalho infantil e do aumento do nível de escolaridade de crianças e adolescentes (DRAIBE, FONSECA e MONTALI, 1998).

Cabe ressaltar que essas primeiras experiências são bastante diversas do PBF no que se refere a critérios de seleção, valor do benefício e formas de operação, entre outros, compartilhando uma grande riqueza em termos de inovações institucionais (DRAIBE, FONSECA E MONTALI, 1998). MAGALHÃES *et al.* (2004 *apud* SENNA *et al.*, 2007) descrevem a dificuldade de construção de critérios e mecanismos para seleção dos beneficiários deste tipo de programa:

Em verdade, uma das mais difíceis tarefas a ser enfrentada por programas focalizados como o PBF é a construção de critérios e mecanismos de seleção dos grupos sociais que serão ou não contemplados, de forma a considerar o conjunto de vulnerabilidades sociais a que esses segmentos estão expostos. Com efeito, os mecanismos capazes de promover a inclusão dos grupos que necessitam de uma dada política serão tão mais efetivos quanto sua capacidade de captar estas distintas vulnerabilidades.

Influenciado por essas experiências, o Governo Federal adotou, a partir de 2001, programas de transferência de renda para famílias pobres, como o Bolsa Escola, vinculado ao Ministério da Educação, e o Bolsa Alimentação, do Ministério da Saúde. Tais programas consistiam na complementação de renda às famílias, que, em contrapartida, assumiam uma agenda de compromissos, tais como a garantia de frequência escolar mínima das crianças atendidas e a participação em determinadas ações de saúde pública. (Senna *et al.*, 2007).

Assim, o PBF pode ser considerado a expressão atual do processo de desenvolvimento histórico dos Programas de Transferência de Renda no Brasil (SILVA, YAZBEK E GIOVANNI, 2006, p. 34).

Silva (2007) estabelece cinco grandes momentos na trajetória desses programas, sendo que o primeiro (1991) se inicia com o debate sobre o tema (1991). Na segunda fase (1991), o debate incorpora a ideia de articulação da garantia de uma renda mínima familiar com a educação, associando uma política compensatória (transferência monetária) com uma política estruturante (educação). Já no terceiro momento (1995), há implementação do modelo em Campinas, em Ribeirão Preto e em Santos (São Paulo) e no Distrito Federal. Em 1996 são iniciadas as primeiras experiências de iniciativa do Governo Federal, com a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Ainda conforme Silva (2007), a quarta fase (2001) da trajetória dos Programas de Transferência de Renda no Brasil se inicia com a adoção do modelo em desenvolvimento, bem como a criação de novos programas, pelo Governo Federal. Durante o penúltimo ano do governo Fernando Henrique Cardoso, ganham destaque os programas Bolsa Escola (BE) e o Bolsa Alimentação (BA), que foram implementados de modo descentralizado e alcançaram a maioria dos 5.561 municípios brasileiros. Por fim, a quinta fase (2003) trata da integração dos programas existentes até então, como o Bolsa Escola, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação, o Bolsa Alimentação e o Programa Auxílio-Gás. Nessa fase, que surgiu durante o governo Lula, foi ampliado o público atendido pelos programas federais, com elevação significativa dos recursos a eles destinados e realização da proposta de unificação dos programas federais, estaduais e municipais.

Desse modo, o histórico do PBF é resultado de várias ações e debates locais que, depois de alguns ajustes, culminaram na adoção do modelo em âmbito federal, que institucionalizou o programa por intermédio da Medida Provisória nº. 132, em outubro de 2003, que foi transformada na Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004 (BRASIL, 2009). Esse programa de transferência de renda integra a estratégia de combate à pobreza do Fome Zero, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Ademais, ele busca ainda cumprir com o compromisso assinado pelo Brasil, juntamente com outros países, de atingir as Metas de Desenvolvimento do Milênio até o ano de 2015 (NAÇÕES UNIDAS, 2000; STEIN, 2008).

Quanto ao funcionamento do Programa Bolsa Família, tem-se que o Governo Federal coordena, financia a gestão e paga os benefícios diretamente às famílias; os governos estaduais apoiam tecnicamente os municípios e estes, por sua vez, executam diretamente o Programa, por meio do cadastro dos beneficiários, controle das condicionalidades, gestão de benefícios e acompanhamento das famílias.

A exemplo do que já ocorre com a maioria das ações federais descentralizadas, o Programa conta com uma instância de controle social local, composta por representantes do governo e da sociedade. Municípios e estados também podem complementar os benefícios pagos pelo Bolsa Família, integrando-os ou não a eventuais programas próprios de transferência de renda. Além disso, devem promover a articulação das ações para assegurar o seu caráter intersetorial, sobretudo com relação às políticas regionais e locais de saúde, educação, assistência social e trabalho.

### 2.3 Estudos anteriores sobre Bolsa Família

Alguns autores já buscaram entender se o Programa Bolsa Família (PBF) contribuiu nos resultados eleitorais (HUNTER e POWER, 2007; NICOLAU e PEIXOTO, 2007, SOARES e TERRON, 2008). Embora o entendimento não seja pacífico (CARRARO *et al.*, 2007), a corrente majoritária defende que os beneficiários do PBF impactaram as eleições (AZEVEDO, 2007).

Licio, Rennó e Castro (2006) analisaram o impacto de ser beneficiário do Programa Bolsa Família do Governo Federal na decisão de voto na eleição de 2006 e na avaliação do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Os resultados indicaram um forte impacto dessa condição no voto em Lula e em avaliações positivas de seu desempenho.

Hunter e Power (2007) investigaram a hipótese do Programa Bolsa Família como o fator mais relevante para a vitória de Lula no último pleito, com abordagem do efeito das denúncias de corrupção no governo Lula nas eleições de 2006. Os achados dos autores apontam que o desempenho do Presidente foi considerado melhor entre os eleitores que pertencem a famílias cuja renda *per capita* é inferior a dois salários mínimos, um segmento que compreende a aproximadamente 47% do eleitorado brasileiro. Os autores afirmaram ainda que, segundo teóricos da modernização e da mudança cultural, indivíduos com menor segurança econômica colocam necessidades básicas acima de assuntos tais como ética e transparência na política, e concluem: “ainda que as denúncias de corrupção tenham sido graves, elas não afetaram o voto em Lula nos estados e municípios mais pobres, com menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH”.

Azevedo (2007) analisou o PBF durante a fase de implantação e concluiu que o debate político sobre a unificação dos programas em torno do Bolsa Família carece de uma base teórica e filosófica mais consistente, particularmente quanto à questão da construção e da satisfação das necessidades básicas dos indivíduos na sociedade brasileira, que deveria ser a finalidade última do programa. Para o autor, o PBF é uma política de governo e não de estado:

A proposta de renda mínima, como está constituída na realidade brasileira, não é uma política de Estado de caráter universal, direcionada a todos os cidadãos brasileiros, e só pode ser caracterizada como mais uma política de governo, de caráter pontual, emergencial, para minimizar as desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira.

Por outro lado, segundo Hunter e Power (2007), o PBF difere do clientelismo tradicional, em que o recebimento de benefícios sociais está vinculado à lealdade política. No caso do Programa Bolsa Família, não há nenhuma penalidade para o beneficiário que eventualmente vote contra o governo, uma vez que, aparentemente, não existe qualquer critério político para a inclusão do cidadão no Cadastro Único para o recebimento do benefício.

Marques *et al.* (2009) constataram que existe forte relação entre o voto em Lula no segundo turno e o peso do PBF na população total de cada município. De acordo com os autores, os resultados da pesquisa corroboraram a tese de que o presidente Lula, ao levar essa política para os municípios brasileiros e ao introduzir, no interior do PBF, um componente fixo, sem condicionalidade que não a pobreza, assegurou uma ampla base de apoio eleitoral. Lício, Rennó e Castro (2006, p. 48) também compartilham esse entendimento:

O fato é que, em maior ou menor medida, estudos baseados no desempenho da votação de Lula em estados e municípios indicam que o Presidente ganhou as eleições nos lugares com maior número de pobres e piores indicadores sociais, onde há proporcionalmente maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para Fachin (2001), método é um instrumento de conhecimento que proporciona, aos pesquisadores, orientação para facilitar e planejar uma pesquisa, formular hipóteses, coordenar investigações, realizar experiências e interpretar resultados. Já na concepção de Kerlinger (1980) metodologia é um termo geral que significa maneiras de fazer as coisas para propósitos diferentes.

Quanto aos procedimentos adotados, a pesquisa caracteriza-se como documental. Beuren (2008) entende que esse procedimento se baseia em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos do estudo.

Para atingir o objetivo da pesquisa e investigar se o programa Bolsa Família é uma política de estado ou de governo, foram coletados do Portal da Transparência do Governo Federal os valores destinados ao Programa de 2004 a 2013, por estado. Além dos dados do Bolsa Família foram coletados, para cada estado, os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), Produto Interno Bruto (PIB) e população, e verificado se o partido político do estado no período analisado é ou não da mesma coligação partidária do Governo Federal. No entanto, a análise fatorial e o modelo de regressão se limitaram a 2010 por ser o ano em que foi possível o acesso a todos os dados analisados concomitantemente, uma vez que o IDH é disponibilizado a cada 10 anos e não há informações do programa Bolsa Família no Portal da Transparência no ano de 2000. Entretanto, os dados dos demais anos do PBF foram representados de forma descritiva no presente trabalho.

A análise fatorial segundo Hair *et al.* (2009, p. 143)

(...) é uma ferramenta para compreender a estrutura dos dados e também pode ser usada para simplificar análises de um grande conjunto de variáveis, substituindo por análises compostas. Quando ela funciona bem, acaba apontando para relações interessantes que podem não ser óbvias a partir dos dados originais, ou mesmo a partir da matriz de correlação.

Com base nesse conceito, para melhor explicar a relação das variáveis dependentes e independentes, foi calculado, por meio da análise fatorial, um índice determinado pela combinação linear das variáveis IDH e PIB.

O tipo de pesquisa quanto à abordagem do problema é quantitativo, o que, para Richardson (1999), se diferencia do qualitativo, principalmente, por empregar um instrumento estatístico como base no processo de análise do problema.

Dado o objetivo geral da pesquisa, que foi identificar se o Bolsa Família é um programa de governo ou de estado, foram elaboradas duas hipóteses, conforme autores abordados previamente na revisão de literatura (LICIO, RENNÓ e CASTRO, 2006); (AZEVEDO, 2007); (HUNTER e POWER, 2007); (NICOLAU e PEIXOTO, 2007), (SOARES e TERRON, 2008); (MARQUES, LEITE, MENDES e FERREIRA, 2009):

H1 = Se há correlação positiva do IDH e PIB com o programa Bolsa Família, então é um programa de estado.

H2 = Se há correlação positiva entre a Coligação Partidária e o Programa Bolsa Família, então é um programa de governo.

Segundo Carreirão (2006), “há consenso na literatura de que o objetivo mais geral das coligações é ampliar as chances eleitorais dos partidos, e de que a decisão estratégica sobre coligações é tomada com base em um cálculo de custos e benefícios eleitorais”. Sendo assim, essa afirmação justifica a escolha das hipóteses propostas.

No entanto, antes de verificar a existência dessa correlação entre as variáveis, foram apresentados alguns resultados da pesquisa feita com base na descrição destes em tabelas e gráficos.

Posteriormente, os dados foram verificados por meio da análise de regressão múltipla, a qual, segundo Gujarati e Porter (2011), pode ser utilizada para estimar o quanto uma variável  $x$  influencia ou modifica uma variável  $y$  ou, ainda, para prever o valor de  $y$  a partir do valor de  $x$ . Nesse caso, são utilizadas duas variáveis independentes para explicar o

valor dos recursos do Bolsa Família *per capita*, que são o IDH e PIB *per capita* calculados por meio de análise fatorial para eliminar as questões de multicolinearidade entre as variáveis, e a coligação partidária entre o governo do estado e da federação, sendo esta uma variável dummy. A equação de regressão pode ser visualizada abaixo:

$$BF\_per\_capita = \beta_0 + \beta_1 \text{Indice\_IDH\&PIB} + \beta_2 \text{Coligação\_Partidária} + \epsilon \quad (\text{Equação 1})$$

Além da análise de regressão múltipla, foram também apuradas de forma independente a regressão entre as variáveis, correlacionando o valor dos recursos do Bolsa Família *per capita* com o PIB *per capita*, e o valor dos recursos do PBF *per capita* com o IDH. A correlação de Pearson entre as variáveis também foi calculada e os dados apresentados em gráficos de dispersão.

O presente estudo se limita a verificar e explicar a correlação entre as variáveis analisadas com o objetivo de mensurar se a coligação partidária interfere ou não nas decisões sobre a distribuição do programa Bolsa Família. Não é objetivo deste trabalho avaliar se qualquer partido faz ou não uso político com a manutenção ou possível descontinuidade do programa.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O item Apresentação e Análise dos Resultados deste estudo está dividido em três tópicos: o primeiro apresenta a análise descritiva dos dados; o segundo, a análise fatorial; e o terceiro, os resultados da regressão múltipla.

### 4.1 Análise descritiva dos dados

Na Tabela 1, observa-se a distribuição percentual do Bolsa Família por estado no período de 2004 a 2013. Percebe-se que tal distribuição relativa é quase constante ao longo dos anos. Dessa forma, escolheu-se o ano de 2010 para realizar a análise estatística, já que as variáveis explicativas consideradas relevantes só eram possíveis de serem conseguidas simultaneamente ao ano de 2010, uma vez que o IDH é obtido a cada 10 anos.

Tabela 1 – Distribuição do Programa Bolsa Família

Estados	% de distribuição do recurso por estado em relação ao orçamento anual destinado ao programa									
	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
ACRE	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	0%	0%
ALAGOAS	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%
AMAPÁ	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
AMAZONAS	3%	3%	3%	3%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
BAHIA	13%	13%	13%	13%	13%	13%	13%	13%	13%	14%
CEARÁ	8%	8%	8%	8%	8%	8%	8%	9%	9%	10%
DISTRITO FEDERAL	1%	1%	1%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
ESPÍRITO SANTO	1%	1%	1%	1%	1%	2%	2%	2%	2%	1%
GOIÁS	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
MARANHÃO	8%	7%	7%	8%	8%	8%	7%	7%	7%	7%
MATO GROSSO	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
MATO GROSSO DO SUL	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
MINAS GERAIS	8%	8%	8%	8%	8%	9%	9%	10%	11%	10%
PARÁ	7%	7%	6%	6%	6%	6%	5%	5%	4%	4%
PARAÍBA	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%
PARANÁ	3%	3%	3%	3%	3%	3%	4%	4%	4%	4%
PERNAMBUCO	8%	8%	8%	8%	9%	9%	8%	8%	8%	8%
PIAUI	4%	3%	3%	3%	3%	4%	4%	4%	4%	4%
RIO DE JANEIRO	6%	6%	5%	5%	5%	5%	4%	4%	3%	3%
RIO GRANDE DO NORTE	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	3%
RIO GRANDE DO SUL	3%	3%	3%	3%	3%	3%	4%	4%	4%	4%
RONDÔNIA	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
RORAIMA	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
SANTA CATARINA	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	2%
SÃO PAULO	8%	9%	9%	8%	8%	8%	9%	9%	9%	8%
SERGIPE	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
TOCANTINS	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 2 são apresentados os dados organizados por unidade da federação e região geográfica. Os dados desta tabela foram os utilizados para cálculo da análise fatorial e regressão, que serão abordados nos tópicos 4.2 e 4.3, respectivamente.

Tabela 2 – Bolsa família x IDH X PIB X População x Coligação Partidária

Região	Estado	População 2010	Total Distribuição do PBF 2010	Valor PBF per capita 2010	PIB 2010 per capita	Índice IDHM 2010	Coligação Partidária
Centro-Oeste	DISTRITO FEDERAL	2.562.963	74.720.777,00	29,15	5.701,43	0,82	1
	GOIÁS	6.004.045	333.138.458,00	55,49	1.584,18	0,74	0
	MATO GROSSO	3.033.991	176.181.143,00	58,07	1.914,86	0,73	1
	MATO GROSSO DO SUL	2.449.341	137.330.938,00	56,07	1.731,76	0,73	0
<b>Média Região Centro-Oeste</b>		<b>3.512.585</b>	<b>180.342.829</b>	<b>50</b>	<b>2.733</b>	<b>0,75</b>	<b>2</b>
Nordeste	ALAGOAS	3.120.922	482.679.191,00	154,66	767,56	0,63	0
	BAHIA	14.021.432	1.937.999.226,00	138,22	1.072,98	0,66	1
	CEARÁ	8.448.055	1.174.150.832,00	138,98	898,45	0,68	1
	MARANHÃO	6.569.683	1.088.470.641,00	165,68	671,49	0,64	1
	PARAÍBA	3.766.834	529.853.753,00	140,66	826,72	0,66	1
	PERNAMBUCO	8.796.032	1.215.861.269,00	138,23	1.054,86	0,67	1
	PIAUI	3.119.015	494.593.095,00	158,57	689,44	0,65	1
	RIO GRANDE DO NORTE	3.168.133	383.761.877,00	121,13	995,01	0,68	0
SERGIPE	2.068.031	272.492.344,00	131,76	1.128,06	0,67	1	
<b>Média Região Nordeste</b>		<b>5.897.571</b>	<b>842.206.914</b>	<b>143</b>	<b>901</b>	<b>0,66</b>	<b>7</b>
Norte	ACRE	732.793	77.713.856,00	106,05	1.127,57	0,66	1
	AMAPÁ	668.689	60.207.427,00	90,04	1.204,97	0,71	1
	AMAZONAS	3.480.937	362.812.006,00	104,23	1.674,02	0,67	0
	PARÁ	7.588.078	860.177.131,00	113,36	1.000,05	0,65	0
	RONDÔNIA	1.560.501	133.933.462,00	85,83	1.471,73	0,69	0
	RORAIMA	451.227	54.950.305,00	121,78	1.369,75	0,71	0
	TOCANTINS	1.383.453	144.090.355,00	104,15	1.214,74	0,7	1
<b>Média Região Norte</b>		<b>2.266.525</b>	<b>241.983.506</b>	<b>104</b>	<b>1.295</b>	<b>0,68</b>	<b>3</b>
Sudeste	ESPÍRITO SANTO	3.512.672	198.167.752,00	56,42	2.278,91	0,74	1
	MINAS GERAIS	19.595.309	1.188.938.182,00	60,67	1.747,96	0,73	0
	RIO DE JANEIRO	15.993.583	743.264.283,00	46,47	2.481,34	0,76	1
	SÃO PAULO	41.252.160	1.144.528.689,00	27,74	2.948,04	0,78	0
<b>Média Região Sudeste</b>		<b>20.088.431</b>	<b>818.724.727</b>	<b>48</b>	<b>2.364</b>	<b>0,75</b>	<b>2</b>
Sul	PARANÁ	10.439.601	465.615.163,00	44,6	2.028,90	0,75	0
	RIO GRANDE DO SUL	10.695.532	483.888.786,00	45,24	2.301,10	0,75	1
	SANTA CATARINA	6.249.682	146.494.669,00	23,44	2.378,31	0,77	0
<b>Média Região Sul</b>		<b>9.128.272</b>	<b>365.332.873</b>	<b>38</b>	<b>2.236</b>	<b>0,76</b>	<b>1</b>
<b>Total</b>		<b>190.732.694</b>	<b>14.366.015.610</b>	<b>2.517</b>			<b>15</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Na última coluna da Tabela 2, o atributo '1' indica que o governador do ano analisado era do PT (partido do Governo Federal em 2010) ou de algum partido coligado e o atributo '0' indica que o governador da época não tinha coligação com o PT. No total, tem-se a quantidade de estados coligados por região.

Verifica-se que a Região Nordeste foi a que mais recebeu recursos do Bolsa Família no ano de 2010 e também a que tem maior representatividade do governo (PT e partidos coligados). A região Nordeste é a segunda mais habitada, representando 26% da população, a primeira é a região Sudeste, com 42%.

Adicionalmente, a região Nordeste é que detém o menor IDHM médio com índice de 0,66, seguida pela região Norte, com 0,68. A região Nordeste registra o menor PIB *per capita*, com valor de R\$ 900,51, seguida da região Norte, com PIB *per capita* de R\$ 1.294,69.

## 4.2 Análise fatorial dos dados

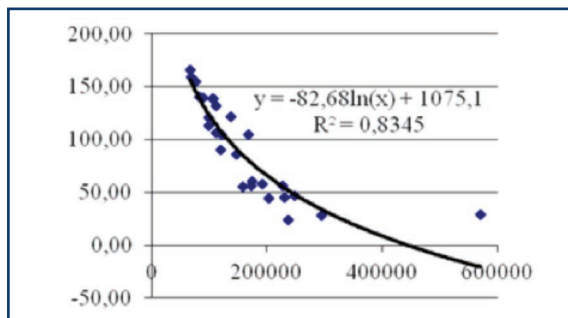
Para minimizar o impacto do porte do estado, foi coletada a informação da população de cada estado no ano de 2010, e considerados, para a análise fatorial, o IDH e PIB *per capita*, resultando no cálculo do Índice IDH e PIB *per capita* para análise de regressão múltipla.

Na Figura 1, pode ser observada a dispersão entre o PIB *per capita* e o valor dos recursos recebidos do Programa Bolsa Família *per capita*, evidenciando grande correlação negativa entre as variáveis. Pode-se verificar um *outlier* na Figu-

ra 1, que representa o Distrito Federal, onde não existe essa correlação entre o PIB e o Bolsa Família. A alta correlação negativa indica que quanto menor o PIB maior a distribuição do Bolsa Família da região. Observou-se também um alto coeficiente de determinação  $R^2 = 83\%$ , indicando um ajustamento adequado do modelo de regressão linear simples.

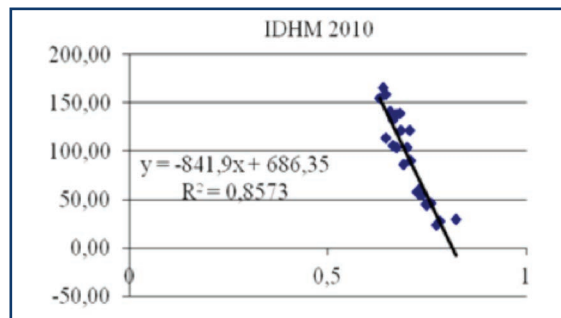
Na Figura 2, pode ser observada a dispersão entre o IDH e o valor dos recursos recebidos do Programa Bolsa Família *per capita*, evidenciando grande correlação negativa entre as variáveis. Os resultados permitem inferir que maiores níveis de desenvolvimento humano estão associados com menores níveis de recursos *per capita* com o PBF. Observou-se também um alto coeficiente de determinação  $R^2 = 86\%$ , indicando um ajustamento adequado do modelo de regressão linear simples.

Figura 1 – PIB x Bolsa Família.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Figura 2 – IDH x Bolsa Família.



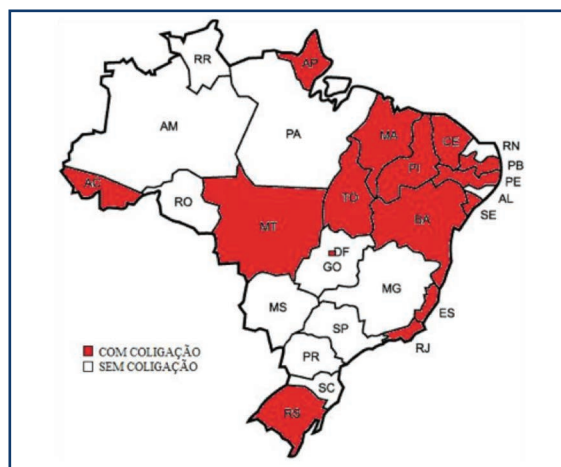
Fonte: Resultados da pesquisa.

Como observado nas Figuras 1 e 2, há alta correlação negativa do IDH e PIB relativamente aos recursos recebidos do Programa Bolsa Família. Esse resultado converge com a opinião de Lício, Rennó e Castro (2006, p. 48), que informam que nos lugares com maior número de pobres e piores indicadores sociais, há proporcionalmente maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família.

Por meio da análise fatorial o IDH e o PIB *per capita* foram sintetizados em um único indicador que pode ser usado como variável explicativa do Bolsa Família em um modelo de análise de regressão. A consideração do IDH e do PIB *per capita* simultaneamente ao modelo como variáveis independentes poderia implicar multicolinearidade, em função da elevada correlação (0,86) entre as duas variáveis.

A Figura 3 evidencia a representação geográfica da coligação partidária entre os estados brasileiros, a qual mostra que 56% destes tinham vinculação com o partido líder do Governo Federal em 2010.

Figura 3 – Representação geográfica da coligação partidária com o PT em 2010.



Fonte: Resultados da pesquisa.

### 4.3 Análise dos modelos de regressão

Na Tabela 3, a matriz de correlação indica que há uma correlação muito maior dos recursos do Programa Bolsa Família com o IDH e PIB do que com a coligação partidária. As correlações mostram uma baixíssima influência política na distribuição dos recursos recebidos do Programa Bolsa Família.

Após a aplicação da análise de regressão estatística, foi elaborada a Tabela 4 com os resultados e os parâmetros do modelo, cuja equação é apresentada a seguir.



$$BF\_per\_capita=101,03-27,60\text{Índice\_IDH\&PIB}-17,59\text{Coligação\_Partidária}$$

(Equação 2)

Tabela 3 – Matriz de Correlação

Variáveis	Índice IDH e PIB per capita	Coligação Partidária	Valor Bolsa Família per capita
Índice IDH e PIB <i>per capita</i>	1,000	-0,064	-0,872
Coligação Partidária	-0,064	1,000	0,253
Valor Bolsa Família <i>per capita</i>	-0,872	0,253	1,000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela 4 – Parâmetros do modelo

Fonte	Valor	Erro-padrão	T	Pr >  t	Limite inferior (95%)	Limite superior (95%)
Intercepto	101,030	5,400	18,709	< 0,0001	89,884	112,175
Índice IDH e PIB <i>per capita</i>	-27,596	2,943	-9,376	< 0,0001	-33,671	-21,521
Coligação Partidária	-17,591	8,109	-2,169	0,040	-34,328	-0,854

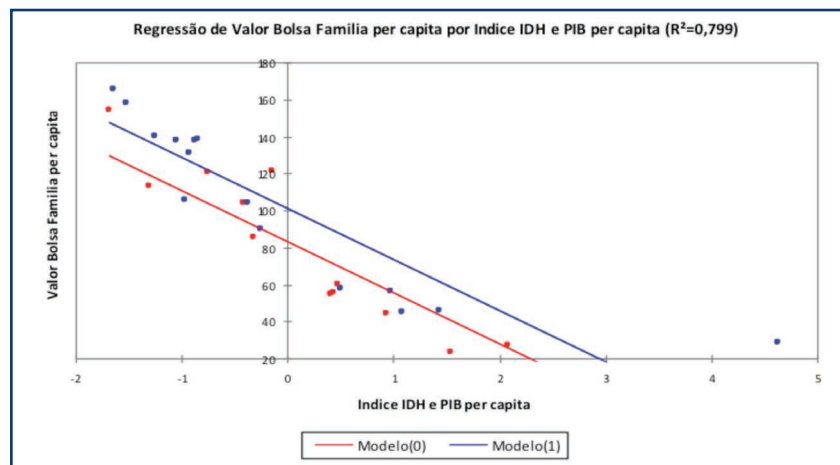
Fonte: Resultados da pesquisa.

Os resultados da Tabela 4 indicam significância no nível  $\alpha = 5\%$  de ambas as variáveis, evidenciando sua capacidade de explicação do valor dos recursos do Programa Bolsa Família *per capita* pelo Índice IDH e PIB *per capita* e a pela coligação partidária (dummy), sendo correlações negativas.

Na Figura 4, o modelo 0 representa as unidades sem coligação partidária e o modelo 1, com coligação partidária.

Na Figura 4, também se pode observar uma correlação significativa com coeficiente de determinação  $R^2=0,799$ , (indicando bom ajustamento do modelo) entre o Programa Bolsa Família, IDH e PIB. Tem-se apenas um *outlier*, que é o Distrito Federal, a Unidade da Federação com o maior PIB *per capita* (5.701,43), maior IDH (0,824) e menor valor no Programa Bolsa Família (29,15 *per capita*).

Figura 4 – Regressão Bolsa Família x Índice IDH e PIB



Fonte: Resultados da pesquisa.

Na sequência, o *outlier* foi removido e gerada a nova matriz de correlações ilustrada na Tabela 5. Embora a correlação do Bolsa Família com coligação partidária tenha aumentado ligeiramente para 0,332, os resultados do modelo de regressão ilustrado na Tabela 5 sugerem que esta correlação não tem significância estatística ao nível  $\alpha = 5\%$ .

$$BF\_per\_capita=92,68-38,14\text{Índice\_IDH\&PIB}-8,21\text{Coligação\_Partidária}$$

(Equação 3)

Tabela 5 – Matriz de correlação sem o Distrito Federal.

Variáveis	Índice IDH e PIB per capita	Coligação Partidária	Valor Bolsa Família per capita
Índice IDH e PIB <i>per capita</i>	1,000	-0,244	-0,951
Coligação Partidária	-0,244	1,000	0,322
Valor Bolsa Família <i>per capita</i>	-0,951	0,322	1,000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela 6 – Parâmetros do modelo sem o Distrito Federal.

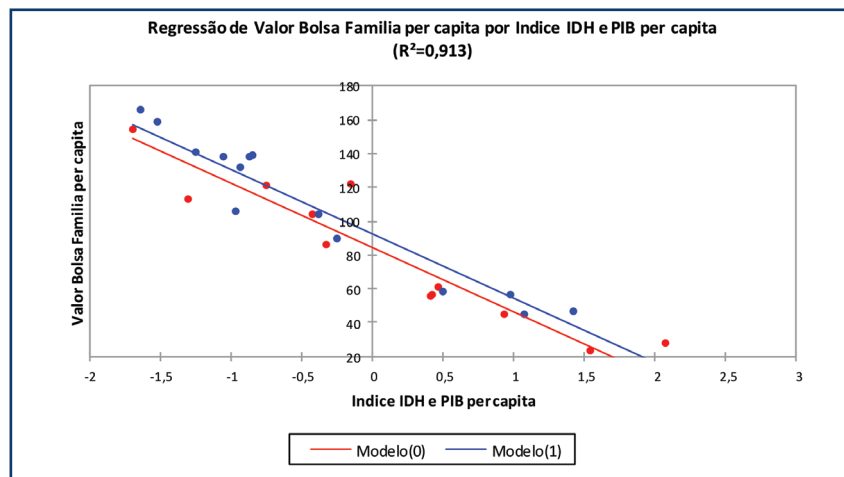
Fonte	Valor	Erro-padrão	T	Pr >  t	Limite inferior (95%)	Limite superior (95%)
Intercepto	92,677	3,759	24,654	< 0,0001	84,901	100,454
Índice IDH e PIB <i>per capita</i>	-38,142	2,608	-14,623	< 0,0001	-43,538	-32,746
Coligação Partidária	-8,212	5,465	-1,502	0,147	-19,518	3,094

Fonte: Resultados da pesquisa.

Os resultados da Tabela 6 indicam significância estatística no nível = 5% para apenas a variável Índice IDH e PIB *per capita*, evidenciando sua capacidade de explicação do valor dos recursos do Programa Bolsa Família *per capita*.

Na Figura 5, o modelo 0 representa as unidades sem coligação partidária e o modelo 1, com coligação partidária.

Figura 5 – Regressão Bolsa Família x Índice IDH e PIB sem o DF.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Na Figura 5, observa-se uma correlação significativa com coeficiente de determinação  $R^2 = 0,913$ , (indicando ótimo ajustamento do modelo) entre o Programa Bolsa Família, IDH e PIB. Pode-se observar um aumento significativo da correlação, quando é retirada da regressão o Distrito Federal por ser um *outlier*, conforme indicado pelo coeficiente de correlação entre o Bolsa Família e os índice IDHxPIB, que passa de 0,799 para 0,913.

## 5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou identificar se a alocação dos recursos do Programa Bolsa Família (PBF) é realmente feita nas regiões com maior necessidade de distribuição de renda ou se há alguma influência política neste repasse que afete significativamente os recursos destinados aos estados. Desse modo, buscou-se responder se o PBF configura-se como uma política de governo ou de estado, na qual este prioriza as reais necessidades da sociedade.

Os resultados evidenciaram de forma descritiva que as regiões menos desenvolvidas (menores IDH e PIB), tais como Norte e Nordeste, foram as que receberam mais recursos do PBF *per capita*, indicando maior necessidade de distribuição de renda; e ainda que a região Nordeste se destacou com grande concentração de estados, que se apresentaram em 2010 com coligação partidária com o Governo Federal.

Os resultados indicam também que, ao nível de significância de 5%, o IDH e o PIB são determinantes na distribuição dos recursos do PBF e, concomitantemente, o modelo indica uma possibilidade de ingerência política. No entanto, depois de refeitas as análises, quando excluído o Distrito Federal, em função de este ser *outlier* no estudo, observou-se melhor ajustamento do modelo estatístico e significância apenas para as variáveis IDH e o PIB.

Os achados confirmam a hipótese H1 (Se há correlação positiva do IDH e PIB x Bolsa Família, então é um programa de estado), configurando o PBF em 2010 como de estado, sem a interferência política na distribuição dos recursos. Ao mesmo tempo, os resultados também permitem rejeitar a H2 (Se há correlação positiva do Bolsa Família x Coligação Partidária, então é um programa de governo).

Sugere-se, como pesquisa futura, a comparação com os resultados de outros períodos e de outros programas de governo, bem como a avaliação dos demais programas oriundos de outros entes federativos e a utilização dos critérios supracitados nos municípios, além da inclusão de diferentes variáveis.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Luiz. *Introdução ao estudo da Análise Econômica do Direito*. Disponível em: <<http://www.fmd.pucminas.br/Virtua>

- jus/1\_2006/Docentes/pdf/Luiz.pdf>. Acesso em 20 set. 2015. p. 41, 2006.
- AZEVEDO, Adriana Fonseca. Programa de Complementação de Renda Bolsa-Família: política de Estado ou política de governo? *Novos Cadernos NAEA*, vol. 10, n. 2 (2007)
- BEUREN, Ilse Maria (org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- BRASIL. *Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004*. Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 jan. 2004.
- BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Radar Social 2006 (condições de vida no Brasil)*. Brasília: IPEA, 2006.
- CARRARO, André; ARAUJO JUNIOR, Ari Francisco de; DAMÉ, Otávio Meneses; MONASTERIO, Leonardo Monteiro; SHIKIDA, Claudio Djissey. It is the economy, companheiro!: uma análise empírica da reeleição de Lula com base em dados municipais. [On-line]. *Anais... X Encontro de Economia da Região Sul (ANPECSUL)*, Porto Alegre, 2007
- CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, v. 12, n. 1, pp. 136-163, 2006.
- DRAIBE, S.A.; FONSECA, A. M.; MONTALI, L. *Programas de renda mínima para famílias carentes: levantamento das experiências e metodologia de avaliação*. São Paulo: NEPP, 1998.
- FACHIN, O. *Fundamentos de metodologia*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- FERREIRA, Augusta da Conceição Santos. *Motivações do gestor e instrumentos contabilísticos utilizados na gestão dos resultados: o caso das autarquias locais*. Dissertação de Doutorado. Universidade de Aveiro. 216 f., 2011.
- FIALHO, Tânia Marta Maia. Testando a evidência de ciclos políticos no Brasil. *RBE, Rio de Janeiro*, 51 (3): 379-89, jul./set. 1997.
- GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. *Econometria básica*. 5. ed. São Paulo: Bookman, 2011.
- HAIR, Joseph F.; BLACK, Barry J.; ANDERSON, Rolph E.; TATHAM, Ronaldo L. *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- HUNTER, W.; POWER, T. "Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006". *Latin American Politics & Society*, v. 49, pp. 1-30, 2007.
- KERLINGER, F. N. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1980.
- LÍCIO, Elaine Cristina; RENNÓ, Lucio R.; CASTRO, Henrique Carlos de O. Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. *Opinião Pública*, 2009, 15.1: 31-54.
- MARQUES, Rosa Maria; LEITE, Marcel Guedes; MENDES, Áquilas; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen. Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Revista de Economia Política*. [on-line]. 2009, vol. 29, n.1, pp. 114-132.
- NAÇÕES UNIDAS. *Declaração do milênio*. Lisboa: United Nations Information Centre, 2000.
- PEREIRA, Paulo Trigo. *A teoria da escolha pública (public choice): uma abordagem neoliberal? Análise Social*, vol. XXXII (141), 1997 (2°).
- RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, Jose Augusto de Souza; CORREIA, Lindoya Martins; PERES, Maria de Holanda de Melo; WANDERLEY, José Carlos Vieira. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.
- SENNA, M. D. C. M.; BURLANDY, L.; MONNERAT, G. L.; SHOTTZ, V.; MAGALHÃES, R. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira. *Rev. Katál. Florianópolis*, 10(1), 86-94, 2007.
- SILVA, Maria O. S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, n. 6, p. 1429-1439, dez. 2007.
- SILVA, Maria O. S.; YAZBEK, Maria C.; GIOVANNI, Geraldo. *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez, 2006.
- SOARES, G. A. D.; TERRON, S. L. "A Geografia Eleitoral da Reeleição de Lula no Brasil: explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial". *Anais... V Congresso Latinoamericano de Ciência Política – ALACIP*, São José da Costa Rica, 2008.
- SOARES, F. V.; SOARES, S.; MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. G. Programas de Transferência de Renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. [On-line] *Ipea*, 2006. (Texto para Discussão n. 1228.) Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006, pp. 20-45.
- STEIN, Rosa Helena. *Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade*. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008. pp. 196-219.
- TESTA, Maurício Gregianin; FRONZA, Paula; PETRINI, Maira; PRATES, Jane Cruz. Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. *Revista de Administração Pública* — Rio de Janeiro 47(6):1519-541, nov./dez. 2013.
- VICENTE, Ernesto Fernandes Rodrigues; NASCIMENTO, Leonardo Silveira do. A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, vol. 6 n. 14, pp. 106-126, 2012.